

Escolas fechadas

André Gustavo Stumpf

A hipocrisia nacional e a falta de um jornalismo investigativo conduziram os brasileiros a uma idéia errada sobre a verdadeira situação financeira dos estados. A crise dos precatórios mostrou apenas um pedaço de uma situação absoluta e totalmente calamitosa. Em verdade, estados e o Distrito Federal não têm dinheiro para nada. Tudo foi comprometido com pagamento de pessoal, com contratações feitas na base no favorecimento político. Os tesouros estaduais explodiram.

O Distrito Federal, que possui um orçamento maior que o do Paraná, tem mais de 80% de seus dinheiros comprometidos com pessoal. Não resta nada para investir. Com exceção da Bahia e do Ceará, no Nordeste, os estados estão completamente quebrados. Em Alagoas, para quem não sabe, é oportuno lembrar: o ano letivo ainda não começou. Não há dinheiro. Por causa dessa situação, alguns espertos, junto com *experts*, montaram operações em que fabricavam dinheiro para pagar dí-

vidas antigas, colocar algum no bolso e apresentar uma ou outra obra para melhorar a imagem pública.

A situação de São Paulo não é muito diferente da que está sendo experimentada pelos estados nordestinos. O que muda são os números. O déficit dos paulistas é abissal. E ainda sustentam um Banespa completamente quebrado, naturalmente com a generosa ajuda do Banco Central. Os brasileiros estão diante de uma nova arte de governar. Governar é não fazer nada e atribuir a responsabilidade pela inflação a qualquer motivo fora do alcance dos mortais. Recentemente, um ex-secretário de Fazenda de um estado me disse com pose de vítima: "Não conseguimos viver num país sem inflação".

A visão do Brasil, fora de Brasília, é diferente. Os estados estão parados, a atividade econômica vem se concentrando de maneira muito rápida em torno de capitais estrangeiros ou grandes capitais nacionais. O emprego desaparece e o po-

der público perde, velozmente, a capacidade de orientar investidores ou de gerar novas expectativas. A consequência é a paralisia. Atividades tradicionais, como açúcar e cacau, enfrentam enormes dificuldades, mas os brasileiros — por ingenuidade ou falta de visão — não estão desenvolvendo o setor de serviços. A globalização acaba com o emprego industrial e os executivos estaduais estão no fundo do poço financeiro. Restaria o setor terciário, que não é desenvolvido, nem lembrado.

Do alto da torre, em Brasília, é difícil perceber essa nova realidade, embora o governador Cristovam Buarque esteja fazendo o possível para nordestinizar — no sentido financeiro — a cidade. E adota aqui o método de lá. Não fazer nada é a única saída, atribuindo a uma conjugação de fatores externos a responsabilidade pela paralisia. É curioso que essa rapidíssima mudança de expectativas seja consequência do Plano Real. Hoje é possível

perceber que os pais da inflação eram o sistema financeiro e os governos estaduais e o federal. Sem orçamento, era fácil governar. Agora que se exige um mínimo de planejamento e contenção de despesas, ninguém consegue dizer não. O resultado é este: falência generalizada.

Vai ser difícil, daqui para frente, emitir títulos para pagar precatórios e desviar o dinheiro para outras atividades. A fiscalização será mais eficiente e a vigilância do Congresso tenderá a tornar a operação, no mínimo, mais complexa. Os candidatos aos governos estaduais, antes de se lançarem na aventura eleitoral de 1998, devem ter a clara percepção de que os conceitos da globalização, para o bem ou para o mal, chegaram ao dia-a-dia da política. Quem não entender isso, correrá o risco de ficar na situação de Alagoas, com as escolas fechadas.

■ André Gustavo Stumpf é jornalista